

PODER JUDICIÁRIO



JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª. REGIÃO



RELATÓRIO GERAL DE 1959



PRESIDENTE: JUIZ Décio de Toledo Leite



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

SÃO PAULO

Em 30 de março de 1.960

Senhor Ministro Presidente.

Para os fins legais, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório das atividades, no ano transato de 1.959, desta Segunda Região da Justiça do Trabalho, que compreende os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

Aqui expomos os trabalhos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho e seus órgãos auxiliares, pelas 29 Juntas de Conciliação e Julgamento da Região, das quais 19 funcionam na sede e 10 fora da mesma, assim como dos Juízes de Direito como órgãos de administração da Justiça do Trabalho em localidades não compreendidas na jurisdição desses tribunais de primeira instância.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Em 10 de dezembro de 1.958, foi publicada a Lei nº 3.486, dessa mesma data, que alterando o disposto no artigo 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto à composição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, criou mais dois cargos de Juiz neste Pretório, cujo preenchimento se deu no exercício seguinte.

Assim, aos 26 de janeiro de 1.959, foi investido no cargo de Juiz deste Tribunal o Dr. Homero Diniz Gonçalves, promovido por merecimento por decreto federal de 22 do mesmo mês. Exercia o ilustre Magistrado o cargo de Juiz-Presidente da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital, tendo anteriormente ocupado o mesmo cargo na Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí, neste Estado.

Nessa mesma data, tomou posse e entrou em exercício, na derradeira vaga de Juiz do Tribunal, o Dr. Carlos de Figueiredo Sá, promovido por antigüidade do cargo de Juiz Presidente da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento.

Processaram-se as remoções para as vagas então abertas, inclusive à 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital, que também se encontrava sem titular por motivo da promoção do ocupante do cargo, a Juiz deste Tribunal.

No cargo de Juiz Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital foi empossado em 20 de abril de 1.959, o Dr. Bento Pupo Pesce, removido da Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de São Caetano do Sul, por decreto federal de 17 do mesmo mês, publicado no Diário Oficial da União, dessa mesma data.

Por decreto federal de 11 de maio desse ano, foi removido da Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí para a 6ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital, o Dr. Octavio Bueno Magano e pelo mesmo decreto, da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos para a 7ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital, o Dr. Octavio Pupo Nogueira Filho, tendo ambos tomado posse e entrado em exercício em 14 de maio de 1959.

Novas remoções foram processadas, tendo assumido a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí o Dr. Júlio de Araújo Franco Filho, então titular da Junta de Sorocaba, e passando a ser presidida pelo Dr. Alfredo de Oliveira Coutinho a Junta de Conciliação e Julgamento de São Caetano do Sul, removido do mesmo cargo, da Junta de Ribeirão Prêto.

Aproximando-se em março de 1.959, o término dos mandatos dos Vogais e Suplentes das Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Cuiabá, Ribeirão Prêto e São Caetano do Sul, organizou-se o expediente necessário à designação dos novos representantes de classe. Na época oportuna foram escolhidos os vogais e suplentes dessas Juntas, para o triênio .. 1959/1962, tendo os designados assumido os mandatos nas épocas legais, e não ocorrendo nenhuma impugnação dessas indicações.

Nessa ocasião, deveu-se providenciar o processamento das indicações dos Juizes Representantes Classistas dêste Tribunal, para o mesmo triênio 1959/1962. Após as indicações legais foram nomeados pelo Exmo. Sr. Presidente da República o Dr. Wilson de Souza Campos Batalha, Juiz Representante dos Empregadores e o Sr. Antonio José Fava, dos Empregados.

O Dr. Wilson de Souza Campos Batalha, que aparecia em primeiro lugar dentre os eleitos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e há dezessete anos vem desempenhando êsse cargo no Tribunal Regional do Trabalho, através de sucessivas reconduções, veio honrar, mais uma vez, com sua brilhante cultura e sua competência ímpar a Justiça do Trabalho da 2ª Região.

O Sr. Antonio José Fava, que ocupava o primeiro lugar na chapa eleita pela Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, contou com o apôio da quase totalidade das associações sindicais de gráu superior dêste Estado, sendo afinal reconduzido ao cargo de Juiz dêste Tribunal que já exercera por mais de uma vez, em mandatos anteriores, com zêlo e correção.

Em obediência ao disposto nos parágrafos do artigo 3º do Regimento Interno do Tribunal, em sessão extraordinária realizada a 8 de setembro de 1.959, procedeu-se à eleição da Presidência e Vice-Presidência dêste Tribunal, para o biênio 1959/1961.

Feita a primeira apuração verificou-se a nossa eleição para Presidente, tendo sido votados igualmente os Juizes José Teixeira Penteado, que exercia a Vice-Presidência, e Hélio de Miranda Guimarães. Realizada a apuração para Vice-Presidente, foi eleito o Juiz Homero Diniz Gonçalves, recebendo votos para êsse cargo, também, o Juiz José Ney Serrão.

Em sessão extraordinária de 14 de setembro tomamos posse do elevado cargo ao qual tivemos a honra de ser guindado graças à escolha generosa de nossos pares.

Sucedemos, assim, ao Exmo. Sr. Juiz Hélio Tupinambá Fonseca que há cinco anos dirigia os destinos desta Justiça. Sua Excelência assumira a Presidência - quando o seu titular, o Exmo. Dr. Thelio da Costa Monteiro, passou a integrar o Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Eleito para exercer o mandato seguinte, foi ainda reeleito para o biênio imediato, realizando, nesse período de um lustro, intensa atividade administrativa. Em seu mandato houve a duplicação dos órgãos de primeira instância na sede; em seu mandato foram instaladas as Juntas de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto e São Caetano do Sul; em seu mandato ampliou-se o número de Juizes da Superior Instância.

Tôdas essas transformações no quadro do Judiciário Trabalhista da 2ª Região, com as naturais complexidades com a organização e funcionamento de seus novos órgãos foram brilhantemente dirigidas pelo ínclito Juiz, cuja operosidade e ânimo empreendedor levou-as a inteiro êxito. Nesses poucos anos, sob a gestão do Exmo. Sr. Dr. Hélio Tupinambá Fonseca, podemos dizer, esta Justiça galgou os píncaros de suas realizações, fazendo-a, senão a mais prestigiosa dentro de sua jurisdição, também mais eficaz na sua nobre missão de legitimar os direitos alheios.

São essas, Senhor Ministro Presidente, as principais alterações ocorridas no quadro da magistratura desta Justiça.

Quanto às atividades desenvolvidas pelo Tribunal, temos a assinalar os resultados seguintes.

Foram realizadas 150 sessões do Tribunal e 43 audiências desta Presidência, com o que podemos elevar o total dos julgamentos para 4.478 processos, em confronto com 3.840 e 2.736 julgados em 1958 e 1957 sendo que no curso do ano de 1.959, atingimos uma média de 30 processos

judgados por sessão. Nos dois anos anteriores houve, respectivamente, 144 e 142 sessões.

Observe-se, outrossim, que o total dos processos recebidos e autuados em 1959, juntamente com os do ano anterior, foram em número de 5.909, dos quais 4.980 recursos ordinários, 104 dissídios coletivos, 5 revisões de dissídios, 144 pedidos de homologações de acórdos, 113 agravos de instrumento, 12 mandados de segurança, 8 conflitos de jurisdição, 1 consignação em pagamento, 3 ações rescisórias, 12 de assunto administrativo, 408 agravos de petição e outros de menor incidência.

Devemos aqui mencionar que esse acréscimo de produção se deve ao aumento de números de julgadores deste Tribunal. Por outro lado, as sessões nesta superior instância, tornaram-se muito mais movimentadas e por isso mais prolongados os julgamentos, o que, indiretamente, prejudica a eficiência e celeridade almejada na solução dos litígios.

Para obviar essa desvantagem, já se encontra no Congresso Nacional projeto em discussão, propondo o desdobramento do Tribunal em turmas assim como a criação de mais dois cargos de Juízes Classistas para integrá-las. Ainda esperamos, nesse mesmo projeto, ver criados dois cargos de Juízes Substitutos para este Tribunal, a exemplo do que acontece com a magistratura comum, evitando-se, assim, as convocações quase permanentes de titulares das Juntas de Conciliação e Julgamento para substituírem os Juízes da segunda instância em seus afastamentos.

Dos resultados obtidos podemos ressaltar os seguintes casos ou espécies:

recursos ordinários	3.804
dissídios coletivos	65
revisões de dissídios coletivos	4
homologações de acórdos	133
conflitos de jurisdição	4
agravos de instrumento	85
embargos declaratórios	27
outros julgamentos	<u>357</u>
total de julgamentos	<u>4.478</u>

No último item, estão compreendidos os casos menos comuns, tais como ações rescisórias, exceção de suspeição, consignação em pagamento, e outros. Ainda aí se incluem 231 agravos de petição, 16 agravos de instrumento em agravos de petição e 66 pedidos de correição, cujo conhecimento, porém, foram da competência exclusiva da Presidência do Tribunal.

Como era de se esperar, o maior número de julgamentos coube aos recursos ordinários, num total de 2.804, sendo que em 1958 foram apreciados 3.086 deles e 2.306 em 1957.

Quanto ao julgamento dos dissídios coletivos, que em 1959 totalizaram 65, verifica-se uma sensível baixa, pois em 1958 houve 88 processos dessa natureza, tendo se verificado um total de 51 em 1957.

Entretanto, observa-se o oposto nos pedidos de homologação de acordo, que perfizeram o total de 133 julgamentos em 1959, enquanto no ano anterior esse número foi de 99 e em 1957 de 84.

Das decisões do Tribunal, dentro das várias espécies de processos, foram interpostos 1.868 recursos de revista, 37 recursos ordinários, 49 recursos extraordinários e 35 embargos declaratórios. Do indeferimento de recursos foram interpostos 243 agravos de instrumento.

À execução, baixaram às Juntas da Capital 2.465 processos, 661 às Juntas de fora da sede e 750 aos Juizes de Direito, totalizando 3.876 processos findos.

Para melhor informação, foram organizados os Anexos I a VII, nos quais se discriminam os dados aqui mencionados, contendo eles não só os vários casos julgados no ano transato, como as diferentes soluções alcançadas.

O Tribunal foi secretariado pelo Dr. Domingos Manoel Escalera, antigo funcionário que há vários anos vem desempenhando essas funções com dedicação e competência.

cia. Além de secretariar as sessões do Tribunal e as audiências da Presidência, competiu-lhe a redação das atas, o preparo das pautas de julgamento, o resumo dos julgados, etc., tendo dado a todos seus encargos fiel execução.

A SECRETARIA DO TRIBUNAL E DEMAIS ÓRGÃOS AUXILIARES

A Secretaria do Tribunal, como nos anos anteriores, continuou sob a competente direção do Dr. Mário Pimenta de Moura, antigo servidor que desde a instalação da Justiça do Trabalho, em São Paulo, exerce o cargo de seu Diretor.

Graças a sua segura e esclarecida orientação pôde a Secretaria, por suas várias secções, levar a bom termo os serviços que lhe são afetos.

Não podemos deixar de consignar também, a diligência, dedicação e eficiência dos Chefes de Secção, e encarregados de serviço e demais funcionários que empregando o melhor de seus esforços, na execução de suas tarefas vêm contribuindo com a direção geral na obtenção dos bons resultados atingidos.

São as seguintes as várias secções: Administrativa, de Processos, Arquivo, Contadoria, Biblioteca, Protocolo e Distribuição.

A Secção Administrativa, compreende os serviços de pessoal, material e contabilidade e orçamento. Cada um desses serviços está sob a direção de um encarregado, sem auferição de qualquer gratificação ou outra vantagem. Essa Secção expediu 1.579 ofícios, 20 circulares, 111 atos, 619 portarias, 396 telegramas, 8 mensagens, procedeu a 2 concorrências públicas e 10 coletas de preços. Além desses serviços, foram organizados concursos para provimento dos cargos iniciais das carreiras de Servente, Auxiliar Judiciário e Oficial Judiciário.

Foram designados para constituir a banca examinadora desses concursos os funcionários Mário Pimenta de Moura, -Presidente-, Zélia Martins Brandão, Cebes de

Andrade e Dilna Ciociola, respectivamente, Diretor da Secretaria do Tribunal e Chefes de Secretaria das 14a., 15a. e 16a. - Juntas da Capital. Ao concurso de Auxiliar Judiciário inscreveram-se 81 candidatos, logrando classificação, 53, enquanto no de Servente foram aprovados os 6 inscritos.

Devido ao exaustivo trabalho, uma vez que os componentes da comissão acumularam com as tarefas normais de seus cargos a organização e execução das provas até final conclusão, foram êles dispensados do terceiro concurso, para cuja banca foram designados os funcionários Domingos Manoel Escalera, -Presidente-, Vasco Franco Bittencourt e Agenor Soares de Arruda. Compareceram 64 dos 76 inscritos, tendo sido aprovados 49 candidatos. Houve 9 pedidos de revisão de provas, tendo sido reconsiderados 4 e mantido o julgamento dos demais.

A Secção de Processos, encarregada de expedir notificações, proceder à juntada de documentos aos autos, lavrar têrmos processuais, promover o desentranhamento de peças e documentos, dactilografar acórdãos, certidões, traslados, dar vista de processos às partes interessadas, etc., teve o seguinte movimento: publicou 4.175 acórdãos, extraiu 162 cartas de sentença, 3.222 certidões e 162 traslados; expediu 772 editais de acórdãos, 139 de pautas e 5.915 notificações.

Quanto ao Arquivo, também sob a guarda de funcionário encarregado, continua a manter seus serviços em perfeita ordem, avolumando-se aos já existentes os dois mil autos que baixaram no ano de 1959.

A Contadoria, encarregada do cálculo das condenações nos processos das Juntas da sede, recebeu no ano findo 1.366 processos, tendo sido calculados Cr\$ 67.520.802,40 de principal e juros de mora e Cr\$ 1.594.482,50 de custas processuais.

A Biblioteca adquiriu 100 volumes no exercício de 1959, subindo, assim, a 1.200 o número de livros

e revistas existentes, dos quais a maior parte, como não poderia deixar de ser, é de Direito Trabalhista. O movimento de consultas é sempre crescente, fazendo-se necessário instalações mais amplas e confortáveis, de vez, ainda, que é na biblioteca que os advogados estudam os autos.

O Serviço de Protocolo, é encarregado do recebimento e autuação de processos, informar às partes sobre o andamento dos casos, expedir a correspondência, protocolar petições e demais papéis. Só documentos foram protocolados 8.743, tendo essa secção um serviço exaustivo com o movimento de interessados.

No Anexo VIII, encontram-se alguns dados comparativos do movimento dessas secções, em relação aos dois últimos exercícios findos.

A célula "mater" da sede da primeira instância desta Justiça do Trabalho é sem dúvida a Distribuição.

Encontra-se ela sob a competente direção do Sr. Distribuidor Mário Lopes Silvério, que manteve, como de costume, o ritmo normal dos trabalhos.

O número de reclamações atendidas durante o ano de 1959 ultrapassou de 3.915 as do ano anterior, isto é, 1958, verificando-se um "crescendo" em ritmo acelerado. Deixamos de levar em conta o ano de 1957, onde se atingiu o máximo de reclamações, ano êsse de movimento excepcional, atribuível talvez à instalação das novas Juntas nesta Capital. Entretanto, a diferença daquele para êste, é de apenas 85 reclamações, o que representa menos de um dia de movimento.

Durante o ano de 1959, foi distribuído um total de 29.877 reclamações, com 41.826 reclamantes, assim discriminadas:

Verbais	17.728	com	21.690	reclamantes
Escritas	10.980	com	17.650	reclamantes
Cartas Precatórias.	<u>1.169</u>	com	<u>2.486</u>	reclamantes
Total	<u>29.877</u>	com	<u>41.826</u>	reclamantes

Em confronto com o ano de 1958, verifica-se que houve um acréscimo em todos os setores, como abaixo demonstramos:

<u>Natureza</u>	<u>1.958</u>	<u>1.959</u>	<u>Diferença (+)</u>
Escritas	9.124	10.980	1.856
Verbais	15.958	17.728	1.770
Cart.Prec.	<u>880</u>	<u>1.169</u>	<u>289</u>
Total . . .	<u>25.962</u>	<u>29.877</u>	<u>3.915</u>

Faremos a seguir uma pequena discriminação das reclamações da sede, segundo o objeto, cotando-se os anos de 1958 e 1959:

<u>O b j e t o</u>	<u>1.958</u>	<u>1.959</u>	<u>Diferença (+ou-)</u>
Inquéritos	168	144	- 24
Cumprimentos de decisões normativas	509	228	- 287
Salários (suspensão, desc. remunerado, férias, etc.)	9.568	10.291	+ 723
Ação declaratória, de consignação em pag., vistorias, etc.	53	41	- 12
Cartas Precatórias	880	1.168	+ 288
Homologações de ped.demissão	842	856	+ 14
Acumuladas (inden. aviso prévio, etc.)	<u>13.942</u>	<u>17.148</u>	<u>+ 3.206</u>
Total	<u>25.962</u>	<u>29.877</u>	<u>+ 3.915</u>

A Distribuição forneceu, ainda, 60 certidões às partes interessadas, no valor de Cr\$ 5.324,00 e foram anotadas 101 penalidades aplicadas.

No Anexo IX, discriminamos as reclamações distribuídas a cada Junta da sede no decorrer de 1959 e no Anexo X, o total das reclamações entradas desde a instalação da Justiça do Trabalho nesta Capital, ou seja, 3 de julho de 1941 até dezembro de 1959.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

As 29 Juntas de Conciliação e Julgamento que integram esta Segunda Região da Justiça do Trabalho, apresentaram resultados dos mais auspiciosos.

Consignamos aqui aos seus eminentes Juizes, Vogais, Chefes de Secretaria e demais servidores os maiores elogios pelos trabalhos realizados, aos quais se devotaram com o mais alto grau de espírito público, oferecendo todo zêlo na solução dos problemas daqueles que buscam neste Judiciário Trabalhista a reparação de seus direitos.

Na sede funcionam 19 Juntas que tiveram por julgar em 1959 o total de 34.565 processos, com 58.607 reclamantes, e solucionaram nesse ano 29.326 processos com 42.294 reclamantes. Esse resultado traduz-se em 84,29% dos litígios decididos, significando um alto índice percentual.

Ressalvadas as proporções, findamos mais processos, embora tenha sido de 86,13% o índice em 1958, pois havia nas Juntas da Capital 33.299 processos por julgar e foram solucionados 28.777.

As Juntas situadas fora da sede tiveram por julgar o total de 12.027 processos com 24.013 reclamantes, dos quais 9.992 lograram solução.

Dessas Juntas destaca-se a de Curitiba, que assinalou o maior movimento de processos, superior mesmo a Juntas desta Capital.

Na cidade de Santos, onde há duas Juntas de Conciliação e Julgamento, o movimento de processos entrados continua, também, em sua marcha ascendente. No Anexo IX compilamos os dados desde 1954, data da instalação da sua Distribuição, onde se discriminam os totais de processos e reclamantes que couberam a cada Junta, nos vários anos. Aí também se encontram os processos e respectivos reclamantes distribuídos às duas Juntas em 1959, segundo a sua origem, verificando-se os seguintes totais:

Da Divisão Regional do Trabalho -	11 proc. c/	15 rectes.
Cartas Precatórias	- 25 "	" 29 "
Escritas	- 854 "	" 1849 "
Verbais	- 1934 "	" 1934 "
Total	- <u>2824</u> "	<u>3827</u> "

As causas submetidas à apreciação desses Juízes, tiveram designação de audiências imediatamente após sua apresentação, observando-se um prazo médio de 10 dias entre a distribuição e a realização das audiências. Os adiamentos, sempre evitados, não ultrapassaram períodos superior a 8 ou 10 dias, salvo aquêles impostos pela realização de exames periciais, técnicos ou contábeis.

Das decisões proferidas destacamos os totais de 4.955 reclamações julgadas procedentes (com 9.118 reclamantes) 2.326 procedentes em parte (com 5.243 reclamantes), 3565 improcedentes (com 6.417 reclamantes) e 13.200 não conhecidas, arquivadas e desistências (com 18.161 reclamantes). Em 11.703 processos, com 15.469 reclamantes houve conciliação, por onde se vê que esta Justiça cumpriu eficientemente um de seus principais objetivos que é a harmonização das forças do capital e trabalho.

Assim, foram à pauta 66.836 processos, com um número de 114.112 reclamantes tendo sido efetuados 25.767 adiamentos ou diligências.

Houve mais 219 inquéritos judiciais apreciados, dos quais 66 foram julgados procedentes, 70 improcedentes, sendo 51 arquivados e ocorrendo dentre êles 32 conciliações.

Das sentenças de primeira instância foram interpostos 2.318 embargos, sendo rejeitados 1.921, providos .. 227 e providos em parte 174.

Quanto ao movimento de custas, foram impostas um total de Cr\$ 23.805.783,00 e arrecadadas Cr\$ 10.249.713,40.

Todos êsses dados poderão ser examinados em suas minúcias nos Anexos XVI e XVIII, juntos a êste relatório.

192
1190.

Verificando esta Presidência que as execuções nesta Capital se promoviam com certa lentidão, e auscultando-lhes as causas, achamos necessária uma radical transformação no sistema de trabalho nessa fase processual. Os 19 Officiais de Justiça da Capital encarregados das diligências, se expunham a um dispêndio de tempo e energia inúteis, uma vez que para um mesmo bairro, deviam deslocar-se vários deles. Assim, decidimos baixar um provimento dividindo as tarefas por zonas geográficas, ficando para cada uma, encarregado apenas um daqueles funcionários, cujas diligências deveriam ser feitas em determinado período de tempo.

Estabelecemos também, que o servidor seria designado para determinada zona por sorteio, fazendo-se rodízio, quando necessário.

Sendo 15 as zonas onde cada Oficial desenvolveria suas atividades e 19 os Officiais, os excedentes seriam designados, 1 como dirigente dos trabalhos e os três restantes como substitutos dos que se encontrassem em gozo de férias ou afastados por outras razões.

Parece-nos, Senhor Ministro Presidente, que essa medida trouxe ótimos efeitos, pois no curto espaço de três meses foram acusados os seguintes resultados:

<u>M ê s</u>	<u>Mandados recebidos</u>	<u>Mand. cumpridos</u>
Outubro	2.023	1.185
Novembro	1.216	1.376
Dezembro	<u>1.066</u>	<u>1.248</u>
Total . . .	<u>4.305</u>	<u>3.809</u>

No mesmo provimento estabelecemos a organização do sistema de recebimento e execução dos mandados, colocando tôdas suas disposições dentro das normas legais.

DOS JUÍZOS DE DIREITO

Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento são os Juízos de Direito, também, órgãos da administração da Justiça do Trabalho, "ex-vi" do art. 668 da Consolidação do Trabalho.

Pelos recursos provenientes das diversas comarcas da Região pudemos aquilatar do grande número de reclamações trabalhistas que lhes foi submetido à apreciação.

Nas cidades mais progressistas do país, êsses magistrados se vêem sobrecarregados na sua dupla tarefa de exercer a justiça comum e a especializada, razão que nos levou a solicitar do Congresso Nacional a criação de novas Juntas nos grandes centros industriais de São Paulo e Curitiba.

As entidades de classe manifestaram-se - por várias vezes reivindicando idênticas providências e o Poder Executivo, não ficando insensível a êsse justo apêlo, houve por bem encaminhar mensagem, que se converteu no Projeto nº 70/59, já mencionado no início de nossa exposição.

Nêle havia proposta para a criação de Juntas nas cidades de Araraquara, Taubaté, Piracicaba, São José do Rio Preto, Rio Claro, Barretos, São Carlos e outras, no Estado de São Paulo, além de uma em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso e ainda pedindo a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná, anexando o Estado de Mato Grosso, que assim ficaria desmembrado desta 2ª Região.

Muitas dessas iniciativas, que "data vênia" não foram nossas, eis que nossa proposição foi formulada em princípios de 1957 e da qual só constava a criação de Juntas em localidades de flagrante incremento econômico, foram rejeitadas pelo Poder Legislativo, sendo apresentadas várias emendas nesse sentido.

Esperamos, no entanto, concretizar-se em lei o referido projeto, no qual se pleiteia ainda mais 6 Juntas para esta Capital, a fim de que a Justiça do Trabalho nesta 2ª Região possa cumprir com presteza e eficácia seu ideal de equilíbrio social.

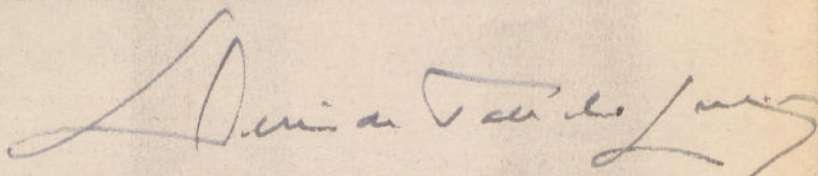
Pelos elementos coligidos Senhor Ministro Presidente, bem se pode avaliar da enorme tarefa levada a terno neste âmbito do Judiciário Trabalhista.

Congratulamo-nos com Vossa Excelência, como supremo dirigente desta Justiça especializada, pelos resultados obtidos em mais um ano de intenso labor na Justiça do Trabalho da 2ª Região, que constitui, sem dúvida, o mais extenso e intenso campo desse ramo jurisdicional do Brasil.

Esperamos prosseguir em nossas atividades, não somente com a manutenção dos níveis de produção já conseguidos, mas tentar melhorá-los cada vez mais, sem deixarmos entretanto, de procurar obter maior rapidez e aperfeiçoamento - nas nossas decisões.

Côncios de suas pesadas responsabilidades, têm os magistrados das nossas Juntas e do Tribunal a honra de significar o dever cumprido de colaborar e procurar cada vez mais contribuir para o engrandecimento da Nação.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração.



Décio de Toledo Leite
Presidente

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo I

- MOVIMENTO GERAL DE PROCESSOS EM 1.959 -

ESPÉCIES	Por apreciar em 31.12.58	Entrados em 1.959	TOTAL	Anulados -	TOTAL	Apreciados em 1.959	Por apreciar em 31.12.59
Recursos	1.854	3.137 *	4.991	11	4.980	3.750	1.230
Dissídios	21	89	110	6	104	58	46
Revisões dissídios	-	5	5	-	5	4	1
Homologação de acôrdo	12	139	151	7	144	133	11
Instauração de dissídio colet.	-	1	1	-	1	1	-
Agravos de instrumento	32	81	113	-	113	85	28
Mandados de segurança	4	8	12	-	12	9	3
Conflitos	1	8	9	1	8	3	5
Recurso de Agravos de Petição	4	7	11	-	11	10	1
Exceção de suspeição	1	2	3	-	3	1	2
Consignação em pagamento	1	-	1	-	1	1	-
Ação Rescisória	-	3	3	-	3	1	2
Assuntos Administrativos	4	13	17	5	12	5	7
Impugnação de Vogal	1	2	3	-	3	2	1
Reclamação sobre custas	-	1	1	-	1	-	1
Recursos ex-offício	-	4	4	-	4	2	2
Agravos de Petição	71	343	414	6	408	236	172 *#
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	7	15	22	-	22	16	6
Incidente falsidade	-	1	1	1	-	-	-
Embargos declaratórios e proc. julgados novamente	-	-	-	-	-	90	-
Agravos de Petição com acórdão	-	-	-	-	-	4	-
Pedido de correição c/acórdão	-	-	-	-	-	1	-
Pedidos de correição	16	58	74	-	74	66	8
T O T A L	2.029	3.917	5.946	37	5.909	4.478	1.526

* com 14.065 recorrentes
 *# 5 deram acórdão.

/vcm.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo II

- DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS EFETUADOS EM 1.958 -

E S P É C I E S E D E C I S Õ E S			Sub -Total	T O T A L
a)- RESUMOS	1 - Audiências do Presidente	43		
	2 - Sessões realizadas	150		
	3 - Processos recebidos	3.917		
	4 - Entrados em pauta	4.449		
	5 - Desistências homologadas	34		
	6 - Incompetência da J.T.	46		
	7 - Convertidos em diligência	47		
	8 - Adiamentos	110		
	9 - Processos solucionados	4.478		
b)- RECURSOS ORDINÁRIOS	1 - Providos	514		
	2 - Providos em parte	373		
	3 - Não providos	1.801		
	4 - Anulados	54		
	5 - Não conhecidos	558		
	6 - Desistências homologadas	26		
	7 - Suscitado conflito S.T.F.	1		
	8 - Incompetência J.T.	35		
	9 - Conv.em diligência c/acórdão	9		
	10 - Acolhida preliminar	1		
	11 - Determinada a baixa	1		
	12 - Processos com 2 recursos	<u>431</u>	3.804	
c)- DISSÍDIOS COLETIVOS	1 - Homologados	25		
	2 - Procedentes	18		
	3 - Procedentes em parte	8		
	4 - Improcedentes	5		
	5 - Homologada desistência	4		
	6 - Não homologados	1		
	7 - Acolhida a preliminar	1		
	8 - Convertido dilig.c/acórdão	2		
	9 - Arbitramento de custas	<u>1</u>	65	
d)- REVISÕES DE DISSÍDIO	1 - Homologados	3		
	2 - Providos em parte	<u>1</u>	4	
e)- HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS ...	1 - Homologados	128		
	2 - Não homologados	4		
	3 - Determinada em D.R.T.	<u>1</u>	133	
f)- CONFLITOS DE JURISDIÇÃO...	1 - Procedentes	2		
	2 - Não conhecidos	<u>1</u>	3	
g)- AGRAVOS DE INSTRUMENTO ...	1 - Providos	24		
	2 - Não providos	45		
	3 - Não conhecidos	15		
	4 - Homologado desistência	<u>1</u>	85	
h)- EMBARGOS DECLARATÓRIOS ...	1 - Não providos em recurso	14		
	2 - Não providos em dissídio	1		
	3 - Não providos em mandado seg.	1		
	4 - Providos em recurso	6		
	5 - Não conhecidos em recurso	4		
	6 - Providos em parte em recurso	<u>1</u>	27	
i)- OUTROS JULGAMENTOS	1 - Mandado de segurança	11		
	2 - Impugnação de Vogal	2		
	3 - Exceção de suspeição	1		
	4 - Ação Rescisória	1		
	5 - Recurso de Agrav.de Petição	10		
	6 - Recurso Ex-Ofício	2		
	7 - Consignação em pagamento	1		
	8 - Instauração de Instância Dis.	1		
	9 - Assuntos Administrativo	5		
	10 - Pedido de Correição c/acórdão	1		
	11 - Agravo Petição c/acórdão	9		
	12 - Agravo de Petição	231		
	13 - Agravo de Inst.em Ag.Petição	16		
	14 - Pedidos de Correição	<u>66</u>	357	4.478

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo III

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO)

DECISÕES	Empregador	Empregado		Sub - Total	TOTAL
- I - RECURSOS -					
a) Providos	291	209	-	-	-
Providos (julgados novamente)	7	7	-	514	-
b) Providos em parte	252	113	-	-	-
Providos em parte (julgados novamente)	4	4	-	373	-
c) Não providos	1.132	640	-	-	-
Não providos (julgados novamente)	18	11	-	1.801	-
d) Anulados	48	6	-	54	-
e) Não conhecidos	337	218	-	-	-
Não conhecidos (julgados novamente)	2	1	-	558	-
f) Desistências homologadas	-	-	26	26	-
g) Incompetência da J.T.	-	-	35	35	-
h) Convertido em diligência e/acórdão	-	-	9	9	-
i) Suscitado conflito S.T.F.	-	-	1	1	-
j) Acolhida a preliminar	-	-	1	1	-
l) Determinada a baixa	-	-	1	1	3.373
m) Processos e/dois recursos:					
1 - Providos	54	86	-	-	-
2 - Providos em parte	52	66	-	-	-
3 - Não providos	260	218	-	-	-
4 - Não conhecidos	61	57	-	-	-
5 - Anulados	2	2	-	-	-
6 - Incompetência J.T.	2	2	-	-	431
					<u>3.804</u>
- II - DISSÍDIOS COLETIVOS -					
a) Homologados	-	23	-	-	-
Homologados (julgados novamente)	-	2	-	25	-
b) Procedentes	-	16	-	-	-
Procedentes (julgados novamente)	-	2	-	18	-
c) Procedentes em parte	-	7	-	-	-
Procedentes em parte (julgados novamente)	-	1	-	8	-
d) Improcedente	-	5	-	5	-
e) Desistências homologadas	-	3	-	-	-
Desistências homologadas (julg. novamente)	-	1	-	4	-
f) Não homologados	-	1	-	1	-
g) Preliminar, Diligências, Arbitramento e/ou costas	-	-	4	4	<u>65</u>
- III - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO -					
a) Homologados	16	112	-	-	-
b) Não homologados	2	2	-	-	-
c) Determina remessa à D.R.T.	-	1	-	133	<u>133</u>
- IV - REVISÕES DE DISSÍDIO -					
a) Homologados	-	3	-	-	-
b) Procedentes em parte	-	1	-	4	<u>4</u>
- V - CONFLITOS DE JURISDIÇÃO -					
a) Procedentes	-	-	1	-	-
b) Não conhecidos	-	-	2	3	<u>3</u>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo IV

MOVIMENTO DAS DECISÕES - (EMPREGADOR E EMPREGADO)

DECISÕES	Empregador	Empregado		Sub - Total	TOTAL
- VI - AGRAVOS DE INSTRUMENTO -					
a) Providos	14	10	-	-	
b) Não providos	36	9	-	-	
c) Providos em parte	9	6	-	-	
d) Desistências homologadas	-	-	1	85	<u>85</u>
- VII - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO DE PETIÇÃO -					
a) Providos	8	-	-	-	
b) Não providos	4	1	-	-	
c) Não conhecidos	1	2	-	16	<u>16</u>
- VIII - EMBARGOS DECLARATÓRIOS -					
a) Não providos em recurso	8	6	-	-	
Não providos em dissídio	-	1	-	-	
Não providos em mandado de segurança	-	1	-	-	
b) Providos em recurso	3	3	-	-	
c) Não conhecidos	1	3	-	-	
d) Providos em parte	-	1	-	27	<u>27</u>
- IX - OUTROS JULGAMENTOS -					
a) Mandados de Segurança	-	-	11	-	
b) Impugnação de Vogal	-	-	2	-	
c) Exceção de suspeição	-	-	1	-	
d) Ação Recisória	-	-	1	-	
e) Consignação em pagamento	-	-	1	-	
f) Recurso ex-offício	-	-	2	-	
g) Agravo de Petição com acórdão	-	-	9	-	
h) Ass. administrativa	-	-	5	-	
i) Inst. Instância dissídio	-	-	1	33	<u>33</u>
- X - AGRAVOS DE PETIÇÃO -					
a) Providos	29	19	-	-	
b) Providos em parte	2	2	-	-	
c) Não providos	97	23	-	-	
d) Não conhecidos	40	15	-	-	
e) Anulados	2	-	-	-	
f) Desistências homologadas	1	1	-	231	<u>231</u>
- XI - RECURSO DE AGRAVO DE PETIÇÃO -					
a) Recursos de Agravos de Petição	-	-	10	-	<u>10</u>
- XII - PEDIDOS DE CORREIÇÃO -					
a) Pedidos de correção	-	-	66	-	
b) Pedidos de correção c/acórdão	-	-	1	-	<u>67</u>
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1.959					<u>4.478</u>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

- CONFLITOS DE JURISDIÇÃO - ESPECIFICAÇÃO DAS PARTES -

MOVIMENTO	JUNTAS X JUNTAS	JUIZES X JUIZES	JUIZES X JUNTAS	JULG. NOVAMENTE	TOTAL
Por apreciar em 31 de dezembro de 1.958	1	-	-	-	1
Entrados	5	3	-	-	8
Anulados	1	-	-	-	1
Apreciados em 1.959	2	1	-	-	3
Por apreciar em 31 de dezembro de 1.959	3	2	-	-	5

-PROCESSOS POR JULGAR (DEZEMBRO) E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA-

ESPÉCIE	PROCURADORIA			Com os Juizes	Em pauta	Aguard. pauta	Em dilig.	Aguard. dist.	Em inst.	Aguard. desp.	TOTAL
	Em Dezembro	Devolvidos	P/devolver em 31.12.59								
Recursos	572	149	423	682	81	29	15	-	-	-	1230
Dissídios	36	36	-	2	-	-	1	-	43	-	46
Revisões	2	2	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Homologações	27	27	-	-	-	-	1	-	10	-	11
Agr. instrumento	14	2	12	11	2	1	2	-	-	-	28
Conflitos	2	1	1	4	-	-	-	-	-	-	5
Assuntos Administrativos	-	-	-	3	-	-	1	3	-	-	7
Incidente de falsidade	-1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rec. Ex-Officio	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Ação rescisória	2	1	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Exceção suspeição	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Mandado Segurança	1	1	-	2	1	-	-	-	-	-	3
Recl. s/custas	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Imp.de Vogal	-	-	-	-1	-	-	-	-	-	-	1
Rec. Agravo de Petição	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Pedidos Correição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Ag.Inst.em Ag.Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Agravo de Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172	172
T O T A L	661	221	440	708	85	30	20	3	54	186	1.526

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo VI

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO T. R. T. -

E S P É C I E S	RECURSOS DE REVISTA						RECURSOS ORDINÁRIOS				
	P/remet. em 1.958	Entra- dos	Não recebi- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.959	Por re- meter. -	P/rem. em 1.958	Entra- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.959	Por re- meter. -
Recursos ordinários	1.284	1.830	258	2.856	1.415	1.441	-	-	-	-	-
Agravos de Instrumento	1	13	2	12	10	2	-	-	-	-	-
Dissídios Coletivos	-	-	-	-	-	-	4	34	38	23	15
Mandados de Segurança	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Impugnação de Vogal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ação Rescisória	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assunto Administrativo	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Agravos de Petição	-	16	16	-	-	-	-	-	-	-	-
Homologação de Acórdo	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2	-
Recursos de Agravo de Petição	1	7	-	8	7	1	-	-	-	-	-
Conflitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	1.286	1.868	278	2.876	1.432	1.444	4	37	41	26	15

- MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO T. R. T. -

E S P É C I E S	AGRAVOS DE INSTRUMENTO						E M B A R G O S				
	P/remet. em 1.958	Entra- dos	Não recebi- dos	TOTAL	Remeti- dos em 1.959	Por re- meter. -	P/apre- ciar em 1.958	Entra- dos	TOTAL	Aprecia- dos em 1.959	Por apreci- ar
Recursos ordinários	76	236	6	306	235	71	1	26	27	25	2
Agravos de Instrumento	2	2	-	4	4	-	-	-	-	-	-
Dissídios Coletivos	1	2	-	3	3	-	-	1	1	1	-
Mandados de Segurança	-	1	-	1	1	-	-	1	1	1	-
Impugnação de Vogal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assunto Administrativo	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Recurso de Agravo de Petição	-	-	-	-	-	-	-	7	7	7	-
Agravos de Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	79	243	8	314	243	71	1	35	36	34	2

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo VII

- RECURSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -

ESPÉCIES	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS					AGRAVOS DE INSTRUMENTO						
	p/re- ter em 31-12-58	Entra- dos -	Não re- cebidos -	TOTAL	Remet. em 1.959	p/re- ter em 31-12-59	p/re- ter em 31-12-58	Entra- dos -	Não re- cebidos -	TOTAL	Remet. em 1.959	p/re- ter em 31-12-59
Agravos de Petição	15	49	21	33	25	8	1	24	1	24	10	14
Agr.Instrumento em Ag. de Petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recurso de Agr.Petição	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	15	49	21	33	29	8	1	24	1	24	10	14

* 4 dos quais suscitados conflitos neste Tribunal.

- PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO -

ESPÉCIES	J. C. J. da CAPITAL	J. C. J. do INTERIOR	JUIZOS	T O T A L
Recursos	1.889	565	686	3.140
Agravos de Petição	162	34	21	217
Agravos de Instrumento	48	40	22	110
Cartas de Sentença	117	18	15	150
Conflitos	3	-	2	5
Agravos de Instrumento em Recursos (T.S.T;)	241	2	2	245
Agravos de Instrumento em Agravos de Peti- ção (no T.R.T.)	5	1	-	6
Ação Rescisória	-	1	-	1
Recurso de Agravo de Petição	-	-	1	1
Recurso ex-offício	-	-	1	1
T O T A L	2.465	661	750	3.876

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo VIII

- SECRETARIA - DADOS DIVERSOS -

<u>SEÇÃO DE PROCESSOS</u>	A N O - 1.958	A N O - 1.959
Acórdãos publicados	3.334	4.175
Cartas de sentença	164	162
Certidões	3.134	3.222
Editais de Acórdãos	595	772
Editais de Pautas	137	139
Notificações	5.875	5.915
Traslados	148	162
Custas de certidões (em sêlos)	Cr\$ 84.249,30	Cr\$ 62.695,20
Custas processuais (em sêlos)	Cr\$ 79.013,50	Cr\$ 125.051,50
Custas traslados (em sêlos)	Cr\$ 48.577,00	Cr\$ 81.023,20
<u>SEÇÃO ADMINISTRATIVA</u>		
Circulares expedidas	12	20
Ofícios expedidos	2.953	1.579
Papéis protocolados	7.792	8.743
Atos da Presidência	135	111
Portarias da Presidência	466	619
Telegramas	346	396
Mensagens	7	8
Concorrência pública	1	2
Coletas de preços	6	10

- MOVIMENTO DA CONTADORIA - 1.959 -

Processos recebidos das J.C.J.		1.366
Processos devolvidos às Juntas de origem (com 2.271 reclamantes)		1.340
<u>CONDENAÇÃO</u>		
Principal	Cr\$ 61.454.343,00	
Juros de móra	Cr\$ 6.066.459,40	Cr\$ 67.520.802,40
<u>CUSTAS PROCESSUAIS</u>		
Custas	Cr\$ 1.566.342,50	
Custas de cálculo	Cr\$ 28.140,00	Cr\$ 1.594.482,50
TOTAL GERAL		<u>Cr\$ 69.115.284,90</u>

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

Anexo IX

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISTRIBUIDOSÀS JUNTAS NO ANO DE 1.959

- DISTRIBUIÇÃO - SÃO PAULO -

JUNTAS	CARTAS PRECATORIAS		D O P Ú B L I C O				T O T A L D A S J U N T A S	
	Proc.	Recl.	Escritas		Verbais		Proc.	Recl.
	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.
1a.	62	87	546	801	970	1136	1.578	2.024
2a.	62	143	521	695	994	1145	1.577	1.983
3a.	62	281	517	549	998	1073	1.577	1.903
4a.	62	220	523	676	988	1064	1.573	1.960
5a.	62	101	538	998	972	1543	1.573	2.642
6a.	62	131	571	1146	939	1422	1.572	2.699
7a.	62	98	537	876	972	1155	1.571	2.129
8a.	62	83	546	784	966	1082	1.574	1.949
9a.	62	75	483	658	1028	1144	1.573	1.877
10a.	62	68	525	869	986	1139	1.573	2.076
11a.	61	112	546	738	963	1063	1.570	1.903
12a.	61	71	573	641	940	1078	1.574	1.790
13a.	61	103	680	1388	831	1052	1.572	2.543
14a.	61	168	710	1083	800	964	1.570	2.215
15a.	61	112	640	1089	869	978	1.570	2.179
16a.	61	117	633	908	876	1068	1.570	2.093
17a.	61	86	649	1535	861	1377	1.571	2.998
18a.	61	223	646	1110	862	1079	1.569	2.412
19a.	61	207	596	1106	913	1128	1.570	2.441
TOTAL	1169	2486	10980	17650	17728	21690	29.877	41.826

- DISTRIBUIÇÃO - SÃO PAULO -

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo X

QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS NO PERÍODO DE
1.941 a 1.959

MÊSES	A N O S							A N O S							A N O S					
	1 941	1 942	1 943	1 944	1 945	1 946	1 947	1 948	1 949	1 950	1 951	1 952	1 953	1 954	1 955	1 956	1 957	1 958	1 959	
JANEIRO	-	323	185	469	925	740	1246	804	800	1092	805	1160	1605	1680	2169	2112	2880	2698	2387	
FEVEREIRO.....	-	154	365	350	506	806	869	738	785	891	794	1108	1362	1711	2081	2131	2718	2237	2631	
MARÇO	-	275	483	581	755	753	768	773	1059	1120	984	1372	1695	1854	2488	2171	2618	2702	2734	
ABRIL	-	353	439	458	536	738	817	764	780	859	1049	1151	1449	1543	1993	2181	2766	2121	2740	
MAIO	-	261	344	420	785	682	945	693	862	1108	1040	1316	1593	1552	2098	1934	2489	2178	2475	
JUNHO	-	172	346	508	978	565	761	720	801	817	983	1219	1666	1544	2044	1835	2287	2000	2488	
JULHO	405	428	243	466	762	602	872	732	846	860	904	1420	1829	1727	1984	1916	2715	2144	2733	
AGOSTO	728	602	356	590	627	676	784	592	923	738	1227	1229	1579	1877	2075	2168	2564	2007	2338	
SETEMBRO	953	409	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1392	1533	1891	1973	2195	2247	2034	2400	
OUTUBRO	1789	503	527	871	632	717	750	751	910	809	1086	1378	1649	1801	1742	2644	2270	1982	2475	
NOVEMBRO	729	427	314	512	535	690	564	705	827	773	1051	1250	1580	1902	1899	2196	2151	1945	2237	
DEZEMBRO	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1239	1603	1997	1821	1556	2257	1914	2239	
TOTAIS DOS ANOS	5245	4059	4136	6427	8028	8377	9636	8714	10.449	10564	11837	15234	19143	21079	24367	25039	29962	25962	29877	278.0

TOTAL das reclamações entradas desde a instalação da Justiça do Trabalho, até 31 de dezembro de 1.959.

* A partir do dia 3, quando começou a funcionar a Justiça do Trabalho.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Anexo XI

-DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS -
RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1.959

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - SANTOS	1ª JUNTA		2ª JUNTA		TOTAL	
	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.
Divisão Regional do Trabalho	5	9	6	6	11	15
Cartas Procatórias	13	17	12	12	25	29
Escritas	426	974	428	875	854	1.849
Verbais	969	969	965	965	1934	1.934
TOTAL	1413	1969	1.411	1858	2824	3.827

MOVIMENTO ANUAL - 1.954 A 1.959

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO SANTOS	1.954*		1.955		1.956		1.957		1.958		1.959		TOTAL	
	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.	proc.	rtes.
1ª JUNTA	330	603	709	1.421	1.186	1.684	1.302	1.915	1.251	3.037	1.413	1.969	6.191	10.629
2ª JUNTA	453	1.161	710	1.820	1.184	1.957	1.292	1.447	1.246	2.328	1.411	1.858	6.296	10.571
TOTAL	783	1.764	1.419	3.251	2.370	3.641	2.594	3.362	2.497	5.365	2.824	3.827	12.487	21.200

* a partir de 1.954 data em que esta Distribuição começou a funcionar.

/vcm.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

Anexo XII

- PROCESSOS E RECLAMANTES EM 1.959 -

JUNTAS	Processos que passaram para 1.959	Processos que entraram em 1.959	Total de processos em 1.959	Total de reclamantes em 1.959
1a. JUNTA	366	1.578	1.944	7.279
2a. JUNTA	390	1.577	1.768	2.578
3a. JUNTA	172	1.592	1.764	3.778
4a. JUNTA	544	1.573	2.117	2.705
5a. JUNTA	275	1.573	1.848	2.642
6a. JUNTA	746	1.572	2.318	3.597
7a. JUNTA	63	1.571	1.634	2.134
8a. JUNTA	163	1.574	1.737	2.435
9a. JUNTA	274	1.574	1.848	2.573
10a. JUNTA	224	1.573	1.797	3.670
11a. JUNTA	389	1.570	1.959	2.731
12a. JUNTA	258	1.512	1.770	2.167
13a. JUNTA	157	1.572	1.729	2.886
14a. JUNTA	185	1.582	1.767	2.585
15a. JUNTA	43	1.622	1.665	2.282
16a. JUNTA	131	1.570	1.701	2.494
17a. JUNTA	276	1.571	1.847	4.743
18a. JUNTA	106	1.569	1.675	2.642
19a. JUNTA	107	1.570	1.677	2.686
CAMPINAS	95	1.009	1.104	2.249
GUIABÁ	10	76	86	86
CURITIBA	107	1.818	1.925	2.504
JUNDIAÍ	78	1.209	1.287	3.059
RIBEIRÃO PRETO	115	866	981	1.429
1ª JUNTA DE SANTOS	169	1.425	1.594	2.740
2ª JUNTA DE SANTOS	128	1.411	1.539	2.282
SANTO ANDRÉ	345	1.255	1.600	9.054
SÃO CAETANO DO SUL	80	1.045	1.125	1.574
SOROCABA	80	706	786	1.285
T O T A I S	6.076	40.715	46.592	84.869

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
 ESTADO DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

Anexo XIII

- PROCESSOS SOLUCIONADOS EM 1.959 -

J U N T A S	Processos solucionados	Número de recla- mantes dos pro- cessos solucio- nados	Processos por solucionar	Número de recla- mantes dos proces- sos por solucio- nar
1a. JUNTA	1.520	4.887	424	2.392
2a. JUNTA	1.768	2.304	199	274
3a. JUNTA	1.488	2.201	242	1.543
4a. JUNTA	1.591	1.949	451	685
5a. JUNTA	1.584	1.838	264	804
6a. JUNTA	1.597	2.601	721	996
7a. JUNTA	1.500	1.938	134	196
8a. JUNTA	1.480	1.664	195	687
9a. JUNTA	1.557	1.993	291	579
10a. JUNTA	1.534	1.965	211	1.626
11a. JUNTA	1.620	1.972	314	724
12a. JUNTA	1.446	1.693	324	474
13a. JUNTA	1.510	2.460	158	321
14a. JUNTA	1.466	1.938	290	615
15a. JUNTA	1.590	2.176	75	184
16a. JUNTA	1.512	2.143	189	351
17a. JUNTA	1.622	2.298	225	1.207
18a. JUNTA	1.495	2.178	180	464
19a. JUNTA	1.446	2.156	171	330
CAMPINAS	1.037	2.086	71	163
CUIABÁ	85	85	1	1
CURITIBA	1.611	1.822	314	682
JUNDIAÍ	1.196	2.877	91	182
RIBEIRÃO PRETO	823	1.129	158	300
1ª JUNTA DE SANTOS	1.397	2.201	204	672
2ª JUNTA DE SANTOS	1.198	1.498	341	684
SANTO ANDRÉ	1.002	2.524	598	6.530
SÃO CASTANO DO SUL	897	1.320	228	474
SOROCABA	746	1.044	40	241
T O T A I S	39.318	58.940	7.104	24.391

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

Anexo XIV

- CUSTAS DOS PROCESSOS EM 1.959 -

J U N T A S	CUSTAS IMPOSTAS (em Cr.\$)	CUSTAS ARRECADADAS (em Cr.\$)
1a. JUNTA	552.134,00	400.518,50
2a. JUNTA	1.066.780,80	509.869,00
3a. JUNTA	969.368,90	373.519,80
4a. JUNTA	1.178.725,40	360.310,50
5a. JUNTA	1.888.151,30	378.176,80
6a. JUNTA	1.548.263,60	532.536,90
7a. JUNTA	998.223,90	424.113,20
8a. JUNTA	384.300,60	322.327,80
9a. JUNTA	341.340,20	227.257,50
10a. JUNTA	936.251,90	223.733,10
11a. JUNTA	1.119.326,70	404.112,60
12a. JUNTA	954.356,30	280.098,90
13a. JUNTA	870.552,10	711.938,70
14a. JUNTA	1.230.719,40	565.538,20
15a. JUNTA	1.449.875,10	626.099,90
16a. JUNTA	1.117.058,60	453.466,20
17a. JUNTA	585.090,30	440.491,80
18a. JUNTA	524.092,50	415.639,40
19a. JUNTA	1.002.223,00	383.151,70
CAMPINAS	868.045,50	425.902,00
GUIABÁ	55.394,00	20.724,00
CURITIBA	236.229,20	190.728,50
JUNDIAÍ	719.941,80	388.592,00
RIBEIRÃO PRETO	517.692,50	182.918,20
1a. JUNTA DE SANTOS	574.306,20	237.567,50
2a. JUNTA DE SANTOS	565.124,50	144.983,50
SANTO ANDRÉ	492.188,20	280.722,80
SÃO CAETANO DO SUL	599.713,50	187.606,10
SOROCABA	460.313,00	157.068,90
T O T A I S	23.805.783,00	10.249.713,40

/vcm.

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

J U N T A S	Processos em pauta	Número de recla- mantes dos pro- cessos em pauta	Adiamentos e Diligências	
			Processos	Reclamantes
1a. JUNTA	3.013	7.387	1.375	2.368
2a. JUNTA	2.744	3.552	879	1.447
3a. JUNTA	2.821	3.876	1.169	1.169
4a. JUNTA	3.105	4.350	1.453	2.298
5a. JUNTA	2.909	3.544	1.325	1.706
6a. JUNTA	2.431	4.821	834	2.250
7a. JUNTA	2.032	2.899	515	962
8a. JUNTA	2.655	3.886	1.108	2.092
9a. JUNTA	2.662	5.775	1.037	3.687
10a. JUNTA	2.685	4.525	1.041	2.441
11a. JUNTA	2.904	4.384	1.242	2.343
12a. JUNTA	2.930	3.697	1.426	1.929
13a. JUNTA	2.741	5.549	1.109	2.911
14a. JUNTA	2.704	4.115	1.148	2.063
15a. JUNTA	2.127	3.769	638	1.742
16a. JUNTA	2.488	4.192	881	1.878
17a. JUNTA	3.019	4.743	1.397	2.445
18a. JUNTA	2.637	4.353	1.026	2.279
19a. JUNTA	2.190	4.105	619	1.720
CAMPINAS	1.531	2.873	494	787
CUIABÁ	85	85	-	-
CURITIBA	2.556	2.909	908	972
JUNDIAÍ	2.040	4.429	844	1.552
RIBEIRÃO PRETO	1.215	1.789	392	660
1ª JUNTA DE SANTOS	1.864	4.006	-	-
2ª JUNTA DE SANTOS	2.214	2.972	1.016	1.474
SANTO ANDRÉ	1.731	7.213	729	4.689
SÃO CARLOS DO SUL	1.607	2.530	711	711
SOROCABA	1.196	1.784	451	742
T O T A I S	66.836	114.112	25.767	51.297

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

Anexo XVI

- DECISÕES PROFERIDAS - (1) -

JUNTAS	CONCILIAÇÕES			PROCEDENTES			PROCEDENTES EM PARTE			TOTAL EM Cr\$
	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	
1a. JUNTA	334	1.008	4.244.991,20	203	649	5.944.929,10	104	627	3.010.874,80	10.189.920,30
2a. JUNTA	517	581	7.774.801,20	213	277	6.750.976,20	99	125	2.618.155,40	17.143.932,80
3a. JUNTA	391	532	5.817.760,80	332	536	12.974.535,10	99	256	3.002.393,30	21.794.689,20
4a. JUNTA	442	499	5.585.569,10	145	251	6.393.970,90	93	108	5.137.939,50	17.117.479,50
5a. JUNTA	439	480	5.934.410,20	160	225	4.315.485,60	83	106	4.301.657,40	14.551.553,20
6a. JUNTA	548	725	11.878.742,70	232	498	9.477.390,90	106	336	12.292.452,30	33.648.550,90
7a. JUNTA	426	491	5.914.867,80	183	245	6.354.049,50	71	127	5.020.815,20	17.289.732,50
8a. JUNTA	459	491	6.894.283,30	182	237	5.037.435,90	32	41	1.230.723,20	13.162.442,40
9a. JUNTA	430	470	4.438.902,60	165	273	4.109.779,90	48	196	2.803.171,50	11.351.854,00
10a. JUNTA	341	389	4.671.473,00	228	329	7.929.485,60	108	143	4.856.890,20	17.457.848,80
11a. JUNTA	407	454	5.575.631,70	165	287	12.780.971,80	75	102	1.782.790,60	20.139.394,10
12a. JUNTA	384	435	7.428.776,70	210	272	8.014.855,60	27	63	639.502,00	16.083.134,30
13a. JUNTA	515	684	11.012.328,60	223	508	10.862.862,80	114	275	12.464.659,10	34.339.850,50
14a. JUNTA	407	461	6.532.375,40	248	456	9.961.057,50	112	211	12.829.476,00	29.322.908,90
15a. JUNTA	497	632	8.418.583,40	256	420	15.501.388,50	32	55	5.522.618,80	29.442.590,70
16a. JUNTA	343	381	4.477.237,10	217	413	7.053.760,40	102	227	11.966.379,40	23.497.376,90
17a. JUNTA	292	393	4.444.675,30	278	413	6.967.584,50	102	276	2.059.113,20	13.471.373,00
18a. JUNTA	523	672	12.083.518,90	215	363	7.786.221,70	90	126	5.293.698,00	25.163.438,60
19a. JUNTA	489	621	6.147.616,40	136	282	4.040.364,10	72	216	8.283.004,90	18.470.985,40
CAMPINAS	470	629	10.805.946,90	125	467	6.129.752,60	69	114	2.349.514,50	19.285.214,00
GUIABÁ	43	43	440.679,50	6	6	110.332,00	9	9	491.984,10	1.042.995,10
CURITIBA	215	243	3.195.881,40	128	177	2.040.179,80	75	78	1.627.299,60	6.863.360,80
JUNDIAÍ	689	863	10.139.422,70	129	236	4.342.171,10	80	108	1.733.589,20	16.220.183,00
RIBEIRÃO PRETO	278	335	2.614.711,80	76	148	1.570.746,00	114	195	2.166.023,40	6.351.481,20
1a. JUNTA DE SANTOS	570	628	4.261.342,90	158	286	4.038.864,90	56	485	1.792.880,40	10.093.088,20
2a. JUNTA DE SANTOS	316	400	3.043.564,60	53	73	692.104,70	172	297	5.794.508,00	9.530.177,30
SANTO ANDRÉ	409	1.248	6.536.410,60	121	481	8.172.783,20	32	41	1.633.415,60	16.342.609,40
SÃO CAETANO DO SUL	272	377	3.485.586,70	110	185	3.748.671,90	44	66	1.371.854,00	8.606.112,60
SOROCABA	257	304	2.285.965,10	58	125	937.970,90	106	234	2.162.806,80	5.386.742,80
T O T A L	11.703	15.469	176.086.057,60	4.955	9.118	184.040.682,70	2.326	5.243	147.385.820,90	483.361.020,40

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO.

Anexo XVII

- DECISÕES PROFERIDAS - (2) -

JUNTAS	Improcedentes e Prescritos			Não conhecidos, arquivados e desistências			TOTAL EM Cr\$	Incompetência da Junta		Homologação de demissão	
	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$	Procs.	Rects.	Valor em Cr\$		Procs.	Rects.	Procs.	Rects.
1a. JUNTA	169	639	2.975.001,50	568	1.820	1.269.204,20	4.244.205,70	1	1	43	43
2a. JUNTA	143	283	4.635.343,80	508	616	12.843.240,70	17.478.584,50	7	7	38	38
3a. JUNTA	99	180	1.792.834,90	502	630	9.265.476,10	11.058.311,00	2	4	41	41
4a. JUNTA	145	166	3.436.381,80	670	823	11.753.823,50	15.190.205,30	3	3	38	41
5a. JUNTA	122	146	5.038.372,90	667	729	10.533.880,80	15.572.253,70	-	-	43	43
6a. JUNTA	156	181	6.453.216,00	411	647	17.537.338,40	23.990.554,40	3	3	60	127
7a. JUNTA	160	197	5.942.215,00	532	679	9.037.197,20	14.979.412,20	2	2	42	42
8a. JUNTA	93	101	2.575.205,30	661	741	11.374.451,80	13.949.657,10	1	1	44	44
9a. JUNTA	134	148	3.741.423,50	657	766	12.248.955,90	15.990.379,40	-	-	40	41
10a. JUNTA	165	257	4.227.803,60	643	798	8.467.454,70	12.695.258,30	-	-	38	38
11a. JUNTA	158	196	5.352.474,10	726	814	11.155.339,40	16.507.813,50	-	-	41	44
12a. JUNTA	142	164	2.910.383,00	617	692	8.386.621,30	11.297.004,30	4	4	44	44
13a. JUNTA	105	261	5.045.541,90	491	670	9.805.405,20	14.850.947,10	3	3	41	41
14a. JUNTA	145	177	5.278.826,40	462	534	8.955.680,50	14.234.506,90	1	1	41	41
15a. JUNTA	98	109	3.698.133,10	548	747	14.960.926,40	18.659.059,50	-	-	42	48
16a. JUNTA	182	291	4.072.832,30	479	599	12.303.077,50	16.375.909,80	2	2	45	45
17a. JUNTA	230	294	5.498.262,60	547	704	13.076.114,60	18.574.377,20	1	1	36	36
18a. JUNTA	112	147	2.520.896,60	405	529	9.345.801,10	11.866.697,70	2	6	42	42
19a. JUNTA	106	239	5.301.348,80	588	672	8.900.902,70	14.202.251,50	2	3	41	47
CAMPINAS	100	123	2.326.487,80	190	662	5.929.041,40	8.255.529,20	1	1	34	35
GUIABÁ	10	10	460.221,70	5	5	216.196,70	676.418,40	4	4	-	-
CURITIBA	115	115	4.417.805,00	299	325	5.070.594,60	9.488.399,60	20	21	45	45
JUNDIAÍ	101	1.049	5.584.142,10	134	544	2.475.722,70	8.059.864,80	17	29	42	42
RIBEIRÃO PRETO	109	138	3.196.939,80	118	166	2.354.956,40	5.551.896,20	4	4	15	15
1a. JUNTA DE SANTOS	76	218	1.477.292,10	463	509	6.241.956,70	7.719.248,80	8	9	30	30
2a. JUNTA DE SANTOS	98	111	1.839.658,00	508	566	4.789.507,20	6.629.165,20	4	4	35	35
SANTO ANDRÉ	87	213	2.344.959,00	286	471	6.024.898,20	8.369.857,20	1	3	57	57
SÃO CAETANO DO SUL	137	195	4.052.122,40	302	465	6.341.451,90	10.393.574,30	3	3	29	29
SOROCABA	68	69	1.502.224,50	213	238	6.235.773,20	7.737.997,70	1	1	7	7
T O T A L	3.565	6.417	107.698.349,10	13.200	18.161	246.905.991,00	354.599.340,50	97	120	1.094	1.181

JUSTIÇA DO TRABALHO - 2ª REGIÃO
 MOVIMENTO DAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM 1.959
 ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E MATO GROSSO

Anexo XVIII

- DECISÕES PROFERIDAS - (3) -

JUNTAS	INQUÉRITOS JUDICIAIS								Confl. Jur.		Num. a outros órgãos		Julg. de infrações		RECURSOS DE EMBARGOS					
	Conciliados		Procedentes		Improcedentes		Arquivados		Proc.	Proc.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Aceitos		Aceitos/parte		Rejeitados	
	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	TRT	STP					Proc.	Rte.	Proc.	Rte.	Proc.	Rte.
1a. JUNTA	-	-	4	4	8	8	2	2	1	-	10	11	19	20	23	25	1	1	94	106
2a. JUNTA	3	3	4	4	5	5	5	5	-	-	2	2	85	85	7	9	1	5	130	145
3a. JUNTA	2	2	-	-	5	5	3	3	-	-	12	12	-	-	5	5	8	8	117	117
4a. JUNTA	2	2	5	5	2	2	5	5	-	-	14	14	26	26	5	5	-	-	76	76
5a. JUNTA	1	1	2	2	1	1	1	1	-	-	5	8	-	-	8	8	3	3	63	63
6a. JUNTA	-	-	5	5	1	1	1	1	-	-	3	3	36	36	14	14	97	97	4	4
7a. JUNTA	1	1	3	18	1	2	3	3	-	-	9	14	-	-	15	19	5	5	62	89
8a. JUNTA	-	-	2	2	-	-	3	3	-	-	3	3	-	-	8	8	4	4	55	55
9a. JUNTA	-	-	4	4	4	4	3	3	-	-	-	-	-	-	2	2	9	9	57	57
10a. JUNTA	1	1	2	2	1	1	4	4	-	-	3	3	-	-	5	5	2	2	100	100
11a. JUNTA	2	2	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	1	1	68	123
12a. JUNTA	-	-	2	2	-	-	4	4	1	-	7	8	5	5	8	8	4	4	53	53
13a. JUNTA	1	1	4	4	1	1	3	3	-	-	9	9	-	-	9	12	7	8	106	158
14a. JUNTA	-	-	4	4	4	4	1	1	-	-	7	8	17	17	16	16	4	4	103	103
15a. JUNTA	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	13	13	-	-	21	21	1	1	53	60
16a. JUNTA	2	2	2	2	4	4	1	1	-	-	65	79	61	90	17	17	4	4	85	85
17a. JUNTA	2	2	2	2	3	3	1	1	-	-	62	106	60	60	4	4	6	6	123	123
18a. JUNTA	1	1	1	1	1	1	-	-	-	-	13	36	-	-	6	9	5	5	74	84
19a. JUNTA	-	-	2	2	1	1	1	1	-	-	6	70	-	-	19	34	-	-	61	117
CAMPINAS	2	2	4	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	6	2	2	82	82	
GUIABÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CURITIBA	3	3	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	1	1	8	8	
JUNDIAÍ	1	1	-	-	-	-	2	4	-	-	1	1	-	-	4	5	2	2	84	163
RIBEIRÃO PRETO	1	1	3	3	3	3	1	1	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	56	61
1a. JUNTA DE SANTOS	-	-	3	3	-	-	1	1	-	-	-	-	28	28	5	5	-	-	28	28
2a. JUNTA DE SANTOS	-	-	2	2	2	2	-	-	-	-	8	8	8	8	5	5	-	-	35	35
SANTO ANDRÉ	5	6	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3	59	59
SÃO CANTANO DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	38	38
SOROCABA	1	1	2	2	16	37	5	10	-	-	12	16	-	-	2	2	3	3	47	47
TOTAL	32	33	66	91	70	91	51	58	2	1	264	424	345	375	227	257	175	180	1.921	2.239